

WhatsApp como Aparelho Ideológico do Estado¹

Ana Paula Pinto de Carvalho²
Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

O presente artigo parte da hipótese de que aparatos tecnológicos midiáticos, em especial o WhatsApp³, podem servir como Aparelho Ideológico do Estado à medida que exercem seus domínios sobre as relações de produção. Para tal, o referencial teórico é formado por Althusser, Habermas, Gramsci e Canclini. O estudo busca analisar as interações em um grupo do WhatsApp a que pertencem 92 pessoas de organização do setor de serviços de vários Estados da Federação. Foi realizada pesquisa qualitativa exploratória no período de 25 a 31 de janeiro de 2016, a critério da pesquisadora, cuja análise das 637 interações no período materializa a configuração da esfera pública na atualidade.

Palavras-chave: Aparelho Ideológico do Estado; Comunicação; Esfera Pública; Política; WhatsApp.

Liberdade de emissão e hegemonia midiática

Na contemporaneidade, muitos sujeitos consideram-se inseparáveis de vários aparatos tecnológicos a partir dos quais a comunicação transcorre, uma vez que “os aparelhos técnicos invadem cada pequeno espaço de atividade de cada um e colocam-se entre o homem e seus objetos e objetivos” (MARCONDES FILHO, 1994, p. 16). Basta observar, em variados ambientes, como em salas de espera, filas e até mesmo salas de aula, que ao menor sinal sonoro emitido por um desses dispositivos, vindo em especial de *smartphones*, não é raro encontrar pessoas que estendam a mão a fim de verificar a chegada de mais uma notificação nas redes sociais ou uma nova interação recebida pelo WhatsApp, mídia individualizada de troca instantânea de mensagens, objeto deste presente estudo⁴.

¹ Trabalho apresentado no DT 06 – Interfaces Comunicacionais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Mestranda em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), membro do Grupo de Pesquisa Interações Comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais (Incom), na mesma universidade. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFPR), pós-graduada em Gestão da Comunicação Organizacional (FAE) e MBA em Marketing (UFPR). E-mail apc1111@gmail.com

³ WhatsApp é um aplicativo de celular que permite trocas de mensagens instantâneas e em tempo real entre os membros sem necessidade de pagar pela transmissão dessas mensagens, possibilitando envio ilimitado de mensagens, vídeo e áudio, além de formação de grupos, conforme descrição do aplicativo. Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/>>. Acesso em 12/mar/2016.

⁴ O presente estudo envolve o WhatsApp, cuja metodologia envolve observação participante em um grupo organizacional formado por 92 membros sem interação com o grupo. Há compromisso ainda de sigilo assumido com a coordenação geral do órgão que reúne os membros do referido grupo de WhatsApp. Por isso, não estão sendo mencionados nomes nem as regiões com DDD a que pertencem seus integrantes. A

A cena, por mais corriqueira que possa parecer, demonstra uma prática que necessita ser explorada pelos pesquisadores de Comunicação, a começar por tirar o véu de face libertária com que a internet foi e continua sendo apresentada aos indivíduos. Acreditando na democratização com que essa mídia promove a emissão de opiniões, as pessoas afastam a criticidade dos grupos globais dominantes que decidem as normas pelas quais os indivíduos vão permutar seus diálogos, interações, enfim, suas práticas comunicacionais. Essa tensão entre os burgueses da atualidade e as forças produtivas coloca novamente no centro das atenções a necessidade de refletir sobre a mudança estrutural da esfera pública de Habermas (2003) no que se refere ao estado atual de detentores do capital na internet e redes sociais e sua relação com o Estado, dissolvendo cada vez mais as fronteiras entre o público e o privado. “O âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado” (HABERMAS, 2003, p. 14), incluindo os órgãos estatais ou mídias que estariam a serviço do bem comum, do público. No entanto, pretende-se trazer à tona o debate de que os grupos globais da internet desempenham também seu poderio político para se impor no mercado, constituindo uma característica semelhante aos burgueses do século XIV que organizaram os primeiros correios a serviço de seus interesses. No decorrer dos tempos, os correios foram se reconfigurando, o que pode ser observado nas redes sociais e aplicativos que impõem suas próprias condições para existir no livre mercado longe das amarras políticas e das normas regulamentadoras.

Nesse emaranhado de interesses, situa-se o usuário desses produtos e serviços criados por grupos globais hegemônicos. Ao utilizar o recurso tecnológico WhatsApp para trocar mensagens instantâneas num aparelho móvel que promove comunicação em tempo real, é possível situar o conceito apresentado por Gramsci (1982, p. 11) de que “os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”. O termo hegemonia⁵ (*eghemonia*, derivado de *eghestai*) significa “conduzir”, “ser líder” e tinha em sua origem um sentido militar, designando a direção suprema do exército, os generais que iam à frente de grupamento. A palavra hoje é entendida como dominação de classe, que não ocorre apenas por meio da coerção, mas também por consentimento. A concepção de hegemonia em Gramsci vai além do cenário político, mas inclui também os campos cultural, ideológico e

transcrição desses dados poderia expor os participantes. Quando ocorrer necessidade de aglomerar os usuários, estes serão nominados como membro A, B, C e assim por diante para manutenção de sigilo.

⁵ Definição dos termos Hegemonia e contra-hegemonia apresentados neste artigo baseia-se no que consta na Enciclopédia INTERCOM de Comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

moral. Assim, o Estado passa a exercer também a função de organizar a cultura, de criar uma visão de mundo adequada ao desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. É no interior desse sistema que os empresários operam, nos mesmos moldes da escola, da cultura e da religião.

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica (GRAMSCI, 1982, p. 4).

Assim, por trás do aparelho celular e das interações que ocorrem no ambiente do WhatsApp, existe o fundador do programa, as normas ali criadas para serem obedecidas, bem como a existência de um grande grupo empresarial que domina mais de um sistema midiático e que também será foco do presente estudo.

O aplicativo WhatsApp, que representa um pano de fundo para as representações comunicacionais realizadas via *smartphones*, está atrelado a um dos maiores grupos de comunicação da atualidade, o Facebook. Criado em 2009 por Brian Acton e Jan Koum, o WhatsApp (um trocadilho entre *what's*, expressão similar a “e aí?” e *app*, de aplicativo)⁶, possibilitou pela primeira vez a troca de mensagens entre *smartphones* gratuitamente sem precisar pagar pelos serviços das operadoras de telefonia móvel. Além disso, proporciona envio de imagens, vídeos e mensagens de áudio e mídia e, mais recentemente, ligações para qualquer contato da agenda que possua WhatsApp. O dispositivo como negócio, que superou a marca de 1 bilhão de usuários ativos no mundo no dia 1º de fevereiro de 2016, chamou a atenção dos grandes conglomerados, sendo vendido em 2014 para o Facebook por US\$ 19 bilhões, o maior valor já pago por uma *startup*⁷. Detentor do WhatsApp, do Facebook e do Instagram (aplicativo de rede social para fotografias), Mark Zuckerberg figura entre os dez homens mais ricos do planeta, com fortuna estimada em US\$ 39 bilhões, segundo levantamento da Bloomberg⁸. Ele fica atrás de outros magnatas da informática e da

⁶ Origem do WhatsApp a partir de matéria publicada na Revista Veja. DALTRO, A. L. Os tubarões da internet. Veja, São Paulo, n. 9, p. 68-71, 26 fevereiro 2014.

⁷ *Startup* é uma empresa ainda em fase de desenvolvimento e pesquisa de mercado. Normalmente de base tecnológica, possui espírito empreendedor e uma constante busca por um modelo de negócio inovador, que possibilita gerar valor e permanente lucro. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_startup>. Acesso em 21/fev/2016.

⁸ Mark Zuckerberg é um dos 10 homens mais ricos do mundo. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/dinheiro/85717-mark-zuckerberg-10-homens-ricos-mundo.htm>>. Acesso em 21/ fev/2016.

internet, como Bill Gates (US\$ 79,9 bilhões) e Jeff Bezos (da Amazon, com US\$ 45,7 bilhões), bem como dos donos de grandes conglomerados de mídia, a exemplo de Warren Buffet (Berkshire Hathaway, com US\$ 63,4 bilhões) e Carlos Slim (Grupo Carso/Telmex/América Móvil, com US\$ 61,2 bilhões).

Trava-se aí em torno desses nomes uma guerra global pela hegemonia com força e poder para impor suas condições mercadológicas ao mesmo tempo em que se impõem aos seus usuários como defensores da liberdade de expressão.

Aparelhos ideológicos na contemporaneidade

Para que as palavras se somem e formem pensamentos e, como consequência, diálogos, interações e relações sociais, previamente é necessário dominar o código, a língua e suas normas sociais para ser inserido no processo comunicativo. Nesse sentido, Althusser (1985) concebeu a escola como uma das instituições mais importantes pelas quais a cultura e as ciências abandonam sua neutralidade em busca do progresso da humanidade para se transformarem na arena onde se disputa a luta de classes por dirigir a sociedade. Assim, de todas as formas em que os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) se presentificam, a escola ocupa papel estratégico ao contribuir para a reprodução das relações de exploração capitalista desde a tenra idade do indivíduo. Do mesmo modo que na Idade Média a Igreja, como aparelho ideológico do Estado religioso, acumulava diversas funções, como educar, informar e promover cultura, essa missão foi pouco a pouco sendo pulverizada entre diversas instituições, como a escola na função de educar, e a mídia na tarefa de informar e dar condições de acesso à cultura.

Acreditamos, portanto, ter boas razões para afirmar que, por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho ideológico de Estado nº 1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade, substituiu o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções (ALTHUSSER, 1985, p. 78).

Logo, na base da sociedade é que se forma a futura massa de proletários com valores da ideologia da classe dominante. Ideologia é entendida como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85). Isso leva o sujeito a crer nas ideias emanadas por sua consciência, que o

inspira a agir segundo esses conceitos pré-concebidos, transpondo-as aos atos de sua prática material. Como consequência, “a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material, de onde provêm as ideias do dito sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 91-92). Assim como a escola incute ideias e práticas sociais, o AIE de informação, formado por imprensa, rádio, televisão etc., teria a missão, segundo o autor, de reforçar os saberes já transmitidos às crianças, desde o maternal, quanto aos saberes contidos na ideologia dominante.

Seguindo essa lógica, a internet, as redes sociais e os conglomerados globais de comunicação podem ser inseridos como agentes exercendo seu papel na divisão de classes, uma vez que servem como instrumentos de afirmação de poder, de estrutura econômica vigente, do culto ao consumismo, entre outros valores de sua ideologia dominante.

O WhatsApp, entre outras formas midiáticas da atualidade, é um exemplo do que pode ser considerado como Aparelho Ideológico do Estado contemporâneo, a partir da privatização da informação e da cultura. Canclini (2000) afirma que “quando a cultura deixa de ser assunto público, privatizam-se a informação e os recursos intelectuais nos quais se apóia parcialmente a administração do poder” (CANCLINI, 2000, p. 372). É o mercado que reorganiza a vida em sociedade à mercê de um poder privado que o sustenta. Moraes (2013), citando Gramsci, ressalta a importância da mídia na formação de mentalidades e força do imaginário social, situando a imprensa, que era naquela ocasião a principal mídia, como “a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica das classes dominantes” (GRAMSCI, *apud* MORAES, 2013, p. 105). Para o Gramsci *apud* Moraes (2013), os aparelhos ideológicos têm a função de unificar as concepções de mundo, atuando como suporte ao bloco hegemônico. Atualizando para as tecnologias como modo de regular a sociedade, Martín-Barbero (2009, p. 259) alerta que “as tecnologias não são meras ferramentas transparentes; elas não se deixam usar de qualquer modo: são em última análise a materialização da racionalidade de *uma* certa cultura e de um ‘modelo global de organização do poder’”. Para o autor, a comunicação está se tornando um espaço estratégico, sendo importante o entendimento das mediações, “constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 265).

Essa configuração guarda certa semelhança com o que Habermas (2003) denominou como esfera pública, surgida no século XIII com o pré-capitalismo, enquanto no século

XVI que atinge o *status* de esfera do poder público. Sua origem histórica encontra-se no contexto de uma sociedade separada do Estado. “O ‘social’ podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução da vida assumia, por um lado, formas privadas, mas, por outro, como setor privado em seu conjunto passou a ter relevância pública” (HABERMAS, 2003, p. 152). O autor define a origem do termo.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 2003, p. 42).

Nessa conceituação, os burgueses são pessoas privadas, que não governam, mas passam a concentrar o poder de forma a modificar, no decorrer do capitalismo, essa estrutura. São capazes de decompor a relação originária entre esfera pública e esfera privada, corroendo os contornos da esfera pública burguesa. “Ela (dimensão pública) penetra esferas cada vez mais extensas da sociedade e, ao mesmo tempo, perde a sua função política, ou seja, submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico” (HABERMAS, 2003, p. 167).

A atuação do detentor do WhatsApp como representante da esfera pública contemporânea pode ser observada em episódio ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2015, no qual a Justiça brasileira decidiu bloquear o aplicativo por 48 horas⁹. A decisão, motivada pela recusa do Facebook em quebrar o sigilo de conversas para fins de uma investigação criminal, levou o próprio Mark Zuckerberg a emitir uma opinião na sua página pessoal, criticando a decisão brasileira e conclamando o brasileiro a agir conforme ele intitulou ser “a vontade do povo”.

Hoje à noite, um juiz brasileiro bloqueou o WhatsApp para mais de 100 milhões de usuários do aplicativo no país. Estamos trabalhando duro para reverter essa situação. Até lá, o Messenger do Facebook continua ativo e pode ser usado para troca de mensagens. Este é um dia triste para o país. Até hoje o Brasil tem sido um importante aliado na criação de uma internet aberta. Os brasileiros estão sempre entre os mais apaixonados em compartilhar suas vozes online. Estou chocado que nossos esforços em proteger dados pessoais poderiam resultar na punição de todos os usuários brasileiros do WhatsApp pela decisão extrema de um único juiz. Esperamos que a

⁹ Bloqueio do WhatsApp foi notícia em vários veículos de comunicação do Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1719934-justica-determina-bloqueio-do-whatsapp-em-todo-brasil-por-48-horas.shtml>>. Acesso em 21/fev/2016.

justiça brasileira reverta rapidamente essa decisão. Se você é brasileiro, por favor faça sua voz ser ouvida e ajude seu governo a refletir a vontade do povo. (G1, 2015)¹⁰.

Ao se posicionar como defensor dos brasileiros, Zuckerberg aproxima-se do conceito de opinião pública trazido por Habermas. Nesse sentido, o dono do WhatsApp dirige-se à massa quando se refere aos 100 milhões de brasileiros usuários do aplicativo, uma massa que deve fazer sua voz ser ouvida. “À medida que os cidadãos se equiparam entre si e se tornam mais parecidos, restringe-se em cada um a tendência a acreditar cegamente em um determinado homem ou numa determinada classe. Cresce a tendência a acreditar na massa e cada vez mais é a opinião pública que rege o mundo” (HABERMAS, 2003, p. 160).

O autor enfatiza que a opinião pública não é representada por meio estatístico e não constitui opiniões individualizadas pesquisadas uma a uma, não podendo ser confundida com pesquisa de opinião. No entanto, grupos de interesses exercem influência no sistema público a partir da esfera pública. Habermas (1997, p. 98) esclarece que “o limiar entre esfera privada e esfera pública não é definido através de temas ou relações fixas, porém através de *condições de comunicação modificadas*”.

O mesmo poderio foi demonstrado no dia 1º de março de 2016, quando novamente o Facebook, dono do WhatsApp, descumpriu decisão judicial de compartilhar mensagens trocadas no WhatsApp por suspeitos de tráfico de drogas. Nesse episódio, após sucessivas negativas e aplicação de multas, a Justiça determinou a prisão do vice-presidente do Facebook no Brasil, Diego Jorge Dzodan, fato amplamente divulgado pela imprensa brasileira¹¹. A empresa, em nota oficial, afirmou que a medida foi descabida e desproporcional, alegando que o WhatsApp opera de forma separada do Facebook.

Essa situação também demonstra que, no momento em que o Estado sai de cena como agente do interesse público, a descentralização comunicacional ocupada por grupos globais empresariais toma conta do mercado, com interesses meramente mercantis. “O desinteresse do Estado em que a informação, a arte e as comunicações sejam serviços

¹⁰ A mensagem de Mark Zuckerberg foi reproduzida pela imprensa do país, reforçando o conceito de opinião pública. Reportagem publicada no G1, em 17/dez/2015, com o título: “WhatsApp bloqueado: Zuckerberg diz que ‘este é um dia triste’ para o Brasil, reproduz post”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/12/estamos-trabalhando-para-reverter-bloqueio-do-whatsapp-diz-zuckerberg.html>>. Acesso em 21/fev/2016.

¹¹ Facebook diz estar ‘desapontado’ com prisão de vice-presidente em SP. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/facebook-diz-estar-desapontado-com-prisao-de-vice-presidente-em-sp.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1>. Acesso em 01/março/2016.

públicos faz com que se convertam preferencialmente em mercadorias e só sejam acessíveis a setores privilegiados”. (CANCLINI, 2000, p. 371). Esta é uma das formas com que a burguesia trata de separar as classes, não apenas valendo-se do poder econômico, mas também no simbólico, não na produção, mas no consumo.

A esfera pública e o panóptico digital

No cotidiano, o discurso que permeia os membros de grupos do WhatsApp do presente estudo obedece a uma hierarquia, no que Habermas (2006) denominou como sendo a comunicação política, circulando de baixo para cima e de cima para baixo. Esta ocorreria através de um sistema de múltiplos níveis (desde a conversação cotidiana na sociedade civil, passando pelo discurso público e pela comunicação mediada até os discursos institucionalizados no centro do sistema político), assumindo formatos diferenciados conforme cada sistema político. “A esfera pública constitui a periferia de um sistema político e pode também facilitar de forma deliberada o processo de legitimação da comunicação política por fluxos de ‘lavagem’ através de uma divisão de trabalho com outras partes do sistema” (HABERMAS, 2006, p. 415)¹².

Embora não existam processos perfeitos de trocas discursivas, estas legitimam o processo midiático através do aparato, articulando-as em rede, aglutinando os participantes de modo não coercitivo. Logo, é possível traçar um paralelo com que Han (2014) descreveu como sendo o panóptico¹³ digital do século XXI, no qual o sujeito não é vigiado a partir de um centro único pela onipotência do olhar despótico.

O panóptico digital funciona sem qualquer ótica perspectivista. É isso que constitui sua eficácia. A iluminação não-perspectivista é mais eficaz do que a vigilância perspectivista, porque pode produzir-se a partir de todos os lados, de toda a parte – e, mais ainda, a partir de cada um de todos os lados (HAN, 2014, p. 68)

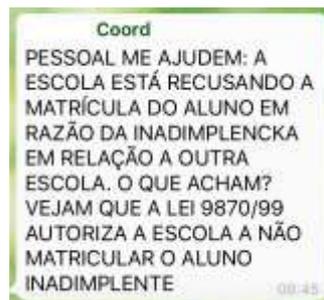
¹² Tradução livre “The public sphere forms the periphery of a political system and can well facilitate deliberative legitimation processes by “laundering” flows of political communication through a division of labor with other parts of the system”. HABERMAS, Jürgen. **Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research.** Communication Theory, v.16, 2006, pp. 411-426. Disponível em: <http://www.facoltaspes.unimi.it/files/_ITA_/COM/1-Habermas.pdf>. Acesso em 27/fev/2016.

¹³ O termo panóptico foi criado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham para descrever uma sociedade na qual o poder é exercido de forma que ninguém consegue identificar seus executores, criando um controle psicológico em que os indivíduos se autocontrolam, se fiscalizam. Disponível em: <<http://michelfoucault.hotglue.me/Pan%C3%B3ptico>>. Acesso em 27/fev/2016.

No ambiente do WhatsApp em que ocorrem as práticas comunicacionais da atualidade, ao contrário dos seres do panóptico de Bentham, que tinham consciência da presença constante do vigilante, no dispositivo tecnológico os indivíduos creem estar em liberdade por poderem se expressar espontaneamente. “A peculiaridade do panóptico digital está sobretudo no fato de os próprios habitantes colaborarem de maneira ativa na sua construção e na sua conservação, na medida em que eles próprios se exibem e se desnudam” (HAN, 2014, p. 69).

Exemplo disso pode ser verificado na pesquisa qualitativa exploratória realizada no período de 25 a 31 de janeiro, que totalizaram 637 interações em que todos falam com todos, ou seja, todos controlam todos e cada um. Dessas interações, 92 foram colocações de pontos de vista de um dos membros situado hierarquicamente superior aos demais. A natureza dessas interações do superior hierárquico no grupo, por se tratar da presidência da entidade, envolveu esclarecimentos de dúvidas, solicitações aos membros, bem como participação opinativa sobre diversos assuntos ali tratados. Um dado que chama a atenção no levantamento desse período refere-se à solicitação do superior hierárquico quando este necessita da atenção de todos. Nessas interações, é utilizado o recurso da caixa alta para ganhar destaque diante dos outros textos, conforme Figura 1. No período da referida pesquisa, foi constatada uma interação com esse tipo de recurso, embora em outras ocasiões notou-se a repetição desse padrão.

Fig. 1: Fala de superior hierárquico



Fonte: *printscreen* de conversa via aplicativo WhatsApp.

Além disso, na data de 26 de janeiro, foi travado debate em torno de uma divergência de opinião entre um dos membros do grupo e o superior hierárquico, que teve duração de 1h25, iniciando às 22h15 e encerrando às 23h40. Foram 56 interações em pouco mais de uma hora, nas quais constata-se o embate por defender os posicionamentos de cada lado. O superior hierárquico, a todo momento, tenta esclarecer o membro sobre as

ponderações que considera equivocadas, a ponto de o membro do grupo questionar seu próprio entendimento. Ao final, o superior hierárquico sugere que vai enviar a cópia de um livro para o membro, alegando que ele próprio demorou a entender a questão, encerrando o assunto com expressões “beijos” e “fui” dos dois debatedores (Figura 2).

Fig. 2: Após debate de 1h25, conversa de despedida entre colaboradores de uma organização



Fonte: *printscreen* de conversa via aplicativo WhatsApp.

Essa descrição deixa evidente que os lugares públicos e físicos, como os salões e os cafés, não representam mais o eixo por onde fluem as práticas comunicacionais. O que caracteriza o encontro de ideias não obedece a tempo ou espaço, mas influenciam-se mutuamente, cujas fronteiras fluidas reúnem-se agora em torno de uma prótese comunicacional no conceito concebido por McLuhan (1964). O autor alerta sobre esse fenômeno 54 anos atrás ao afirmar que “agora que vivemos eletricamente num mundo instantâneo, tempo e espaço se interpenetram totalmente num mundo espaço-temporal” (McLUHAN, 1964, p. 171).

Na divisão de trabalho, o tempo cronologicamente marcado para a ocorrência da troca do salário pela mão de obra não faria mais sentido, já que as horas dedicadas ao lazer também fundem-se ao trabalho. McLuhan (1964) atesta que o tempo pode ganhar novos espaços por onde a dominação vai mostrar estar disseminada, preparando o terreno para infundáveis padronizações de privação comunitária. “Com a alfabetização universal, o tempo pode adquirir o caráter de um espaço fechado ou pictórico que pode ser dividido e subdividido. Que pode ser preenchido”. (McLUHAN, 1964, p. 177). No caso das interações via WhatsApp, o relógio é um mero acessório sem muita serventia para essa divisão de tempo para o trabalho ou para o lazer, demonstrando que a dominação vem reconfigurada sob novos disfarces para se fazer presente. Canclini (2000) corrobora com essa alusão à falta de fronteira entre tempo livre ou laboral.

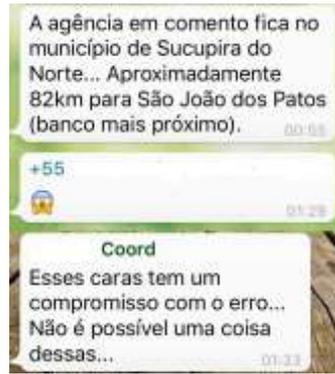
Uma organização diferente do “tempo livre”, que o transforma em prolongamento do trabalho e do lucro, contribui para essa reformulação do público. Dos cafés da manhã de trabalho ao trabalho, aos almoços de negócios, ao trabalho, para ver o que

nos oferece a televisão em casa, e alguns dias aos jantares de sociabilidade rentável (CANCLINI, 2000, p. 288).

O autor, que traz uma visão bem particular da evolução da sociedade tecnologizada na América Latina, aponta que, ao contrário do que Habermas havia observado nas primeiras épocas da modernidade, a esfera pública já não é o lugar de participação racional a partir do qual se define a ordem social. “Em uma época em que a cidade, a esfera pública, é ocupada por agentes que calculam tecnicamente suas decisões e organizam tecnoburocraticamente o atendimento às demandas, segundo critérios de rentabilidade e eficiência, a subjetividade polêmica, ou simplesmente a subjetividade, recolhe-se ao âmbito privado” (CANCLINI, 2000, p. 288).

A sociabilidade em intercâmbios íntimos faz com que o prolongamento do trabalho esteja travestido de liberdade, já que muitas interações dos membros pertencentes a grupo do WhatsApp acontecem fora do horário regular de trabalho (Figura 3). Das 637 interações ocorridas na semana de 25 a 31 de janeiro, 101 conversas foram realizadas no horário considerado como período de almoço nas organizações formais, das 12h às 14h. Já no horário após o expediente, tido como após as 18h, foram registradas 116 conversas. Além disso, no sábado e domingo (30 e 31 de janeiro), ocorreram 38 interações, sendo 15 delas na madrugada. No sábado foram registradas 13 conversas indo das 01h15 até as 01h33 da madrugada e no domingo duas interações foram feitas na rede às 2h51 e 2h57 da madrugada, lembrando que o grupo é formado por diferentes estados da Federação, podendo haver diferenças de fuso horário. Mas, ainda assim, são conversas de trabalho que ocorrem fora do ambiente e do horário convencional em desacordo com as regras trabalhistas. Assim, os diálogos do WhatsApp, tem a capacidade de mutilar os homens ao mesmo tempo que os alimenta, o que se evidencia a cada sinal sonoro de que nova mensagem está disponível para leitura no aparelho celular.

Fig. 3: Troca de mensagens entre colaboradores de uma organização ocorrida de madrugada



Fonte: *printscreen* de conversa via aplicativo WhatsApp.

A cada palavra digitada no aplicativo WhatsApp no *smartphone*, o sujeito acredita estar tendo liberdade de escolha, quando na realidade a emissão de sua opinião obedece a um formato pré-definido pelo responsável pela programação do aplicativo, que induz o usuário a realizar conversas breves e rápidas. Essa condução do que se espera do indivíduo lembra a descrição de Flusser (2013) quando a pessoa aponta o revólver ao colocar contra a própria cabeça, que seria o ápice do que poderia ser entendido como liberdade. “Ao pressionar o gatilho, posso me libertar de todas as situações de opressão. Mas, na realidade, ao pressioná-lo, o que faço é desencadear um processo que estava programado em meu revólver. Minha decisão não foi assim tão livre” (FLUSSER, 2013, p. 63-64). Assim também ocorre no programa através do qual funciona o WhatsApp, uma vez que a liberdade de decisão de pressionar uma tecla com a ponta do dedo atende a uma liberdade programada, no que o autor intitula de “totalitarismo programado”.

Esse comportamento expõe a submissão ao capital e a suas regulações. “À diferença do liberalismo clássico, que postulava a modernização para todos, a proposta neoliberal leva-nos a uma modernização seletiva: passa da integração das sociedades para a submissão da população às elites empresariais” (CANCLINI, 2009, p. 212). Han (2014), por sua vez, denomina que a coletividade caminha para a era da sociedade íntima, na qual o mundo não mais se assemelha a um cenário teatral como verificado no século XVIII, mas a um mercado, cujas vitrines expõem e colocam em evidência a intimidade. A essa evidência, o autor alerta que a rede “desintegra a esfera pública, a consciência pública, crítica, e privatiza o mundo” (HAN, 2014, p. 72). Assim, a rede se transforma numa esfera íntima como se esta representasse uma expressão de transparência, introduzindo a publicização dos indivíduos.

Nesse aspecto, o sujeito caminha para fazer comerciais de si mesmo como ato comunicacional, cuja emissão constante de se propagar seria necessário para ser percebido.

Caso contrário, o indivíduo se tornaria uma espécie de uma emissora que não emite. “Fazer propaganda de si próprio se torna um imperativo da autoconservação. Não apenas no nível de firmas, em que ninguém, mesmo que no momento não tenha nada de excitante a oferecer, pode dar-se ao luxo de sair do concerto dos comerciais, porque assim se retiraria da percepção do público” (TÜRCKE, 2011, p. 37).

Interações desse tipo podem ser notadas nas conversas realizadas pelo grupo do WhatsApp no presente estudo. Tomando-se como exemplo apenas o dia 25 de janeiro, é possível observar que, dos 92 membros, dez deles emitiram opinião ao longo daquele dia.

Assim, verificou-se que os membros A, B, C e D¹⁴, pertencentes a diferentes Estados e regiões do país, monopolizaram as discussões. O membro A realizou 29 interações, o B outras 23, seguido do C, com 19, e D com 14 interações. Logo, esses participantes podem parecer mais propensos à exposição constante de sua imagem e suas opiniões, ocasionando a dissolução de sua figura privada.

Considerações finais

Os grupos privados da atualidade, semelhantes aos primeiros burgueses que assumiram a hegemonia pelos aspectos econômicos e culturais, assumem o poder de Estado ao impor um novo tipo de sociedade. Esses organismos dominantes, ao outorgar o direito da emissão das próprias ideias ao indivíduo, simulando haver liberdade total no ambiente de trocas comunicacionais, podem ser considerados como Aparelhos Ideológicos do Estado na contemporaneidade. Não é mais necessária coerção por meio do chamado aparelho repressivo do Estado a fim de manter as relações de produção sob controle. O WhatsApp, por trás de uma fachada dita libertária por possibilitar a livre emissão de opiniões pelo aplicativo, integra um grande grupo de mídia internacional. Logo, ao adotar esse aparato midiático como palco para as conversações, os indivíduos ficam dependentes desses grupos, outorgando-lhe direitos sobre o conteúdo que permutam, inclusive isentando-se de qualquer responsabilização. Nos Termos de Uso Legal do Aplicativo¹⁵, existe uma cláusula que informa que o usuário dá o consentimento expresso para que o WhatsApp possa acessar a lista de contatos, além de se isentar contra todo conteúdo veiculado pela plataforma, como direitos autorais, segredo comercial, pelo qual afirma que “WhatsApp renuncia

¹⁴ Membros identificados com letras, a critério do pesquisador, para cumprir compromisso de sigilo do referido grupo no WhatsApp e para descrever o número de interações por ordem decrescente.

¹⁵ WhatsApp Legal Info. Disponível em: < <https://www.whatsapp.com/legal/>>. Acesso em 12/mar/2016.

expressamente toda e qualquer responsabilidade ligada ao Material de status”, ou seja, pelo que circula em sua mídia. Caso a pessoa não queira aceitar os termos, a mensagem é bem clara: “Se você não concordar com a nossa política de privacidade e termos do serviço, por favor, apague a sua conta, desinstale o aplicativo móvel WhatsApp e interrompa o uso do serviço” (WHATSAPP LEGAL INFO, 2016).

Logo, na atual formatação da sociedade, não há necessidade para a existência da tradicional estrutura panóptica, uma vez que hoje impera a lógica da sociedade do rendimento. Han (2014, p. 71) esclarece que “o sujeito do rendimento encontra-se livre de uma instância exterior dominante que o obrigue a trabalhar e o explore. É ele o seu próprio senhor e empresário”. Verifica-se essa realidade nas mensagens trocadas pelo grupo de WhatsApp do presente estudo, no qual há cobranças mútuas, discussões acaloradas, dedicação para além da jornada de trabalho de uma organização formal. Nessa configuração, todos vigiam todos e se autoexploram. “A exploração por si mesmo é mais eficaz do que a exploração alheia, porque é acompanhada por um sentimento de liberdade” (HAN, 2014, p. 71).

Assim é formatada a estrutura da esfera pública contemporânea, atendendo aos interesses de grupos dominantes que, convencendo os indivíduos sobre sua causa, são capazes de mobilizá-los a fim de atingir determinados objetivos. Como menciona Habermas (1997, p. 96), “para contabilizar seu poder social em termos de poder político, eles (grandes grupos de interesses) têm que fazer campanha a favor de seus interesses, utilizando uma linguagem capaz de mobilizar *convicções*”. Nas trocas comunicacionais analisadas, as mobilizações internas do grupo em questão travestem-se de uma laminação libertária, mas escondem uma relação de subordinação, já que há liberdade de se expressar, mas desde que sejam obedecidas as regras estabelecidas pelo programa do aplicativo. Há também liberdade após a troca da força de trabalho pelo capital, mas, por outro lado, o aplicativo exerce o aprisionamento pelas conversas em que os membros continuam a tratar de aspectos de trabalho, alargando os horários de trabalho sob o disfarce de interações ou conversas, mantendo a dominação. Como afirma Lévy (2000, p. 62), “criar uma instituição, um modo de organização, um espaço de comunicação, é inventar um ambiente que condiciona a reprodução, a competição e a cooperação das ideias”. É esse o cenário propiciado pelas trocas comunicacionais pelo WhatsApp, através das quais cada um torna-se reproduzidor da ideologia dominante por meio da liberdade de emissão.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

_____, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFPRJ, 2009.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____, Jürgen. **Political communication in media society**: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v.16, 2006, pp. 411-426. Disponível em: <http://www.facoltaspes.unimi.it/files/_ITA_/COM/1-Habermas.pdf>. Acesso em 27/fev/2016.

HAN, Byung-Chun. **A sociedade da Transparência**. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.

LÉVY, Pierre. **Filosofia Word**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Sociedade tecnológica**. São Paulo: Scipione, 1994.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MORAES, Dênis. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, Dênis (Org.). **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.